

MEU CORPO, MEU TERRITÓRIO:

Mulheres e direito à cidade a partir das relações interseccionais no espaço urbano.

Rossana Brandão Tavares (Profa. Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e professora colaboradora da Universidade do Grande Rio | GPDU/UFF e LABMOTE+NEUB)

Diana Helene (Profa. colaboradora da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO | Laboratório de Moradia e Terra Urbana da Baixada Fluminense - LABMOTE/UNIGRANRIO)

RESUMO GERAL

A proposta dessa Sessão Livre tem como objetivo apresentar diferentes perspectivas de debate de gênero no planejamento urbano e regional, de forma articulada com a teoria feminista interseccional, com vistas a discutir a luta pelo direito à cidade a partir de interesses e práticas sociais generificadas nas favelas, nas periferias metropolitanas e nas pesquisas voltadas para a temática. Segregação urbana, mobilidade, periferação, informalidade, violência e injustiça socioambiental são questões que serão problematizadas com intuito de apontar abordagens interseccionais sobre os conflitos urbanos no território tensionadas por classe, raça, colonialidade e gênero.

O feminismo interseccional vem pautando que é preciso olhar para além das desigualdades entre homens e mulheres instauradas pelo sistema patriarcal. No caso das cidades, é evidente como formas simultâneas de opressão são responsáveis por uma somatória de desigualdades urbanas. Diferentes opressões se cruzam, se interpenetram e se inter-relacionam na constituição das cidades estruturando uma série de hierarquias e injustiças socioespaciais. Nesse sentido, é necessário uma visão interseccional da luta por “direito à cidade” que abarque as diversas condições de opressão estruturadas pela colonialidade capitalista.

Essas formas de estruturação do poder se atravessam de diferentes maneiras na espacialização das desigualdades sociais. As opressões não apenas se somam, mas se relacionam entre si, estabelecendo novas situações de opressão. Daniëlle Kergoat (2010) afirma que apesar de ser necessário criar divisões de categorias de classe, raça, gênero para facilitar a compreensão de como se conforma cada opressão específica, é impossível separá-las na realidade, pois as opressões não podem ser calculadas com uma simples somatória. Se partimos nossa análise no espaço urbano essas categorias são ainda mais mutáveis e renegociadas dependendo da posição espacial que os grupos estão ocupando (SILVA, 2003). Se, ao mesmo tempo, a segregação racial está usualmente ligada à segregação de classe, as questões de gênero se estabelecem entre classes diferentes e de forma diversa dependendo de sua posição social, cor e origem. “O que se está aqui enunciando é como

território influencia diretamente a composição e a combinação das categorias sociais” (SOUZA; AUAD, 2016, p. 2).

Silvia Federici (2017) destaca como a formação do proletariado aconteceu junto a degeneração das mulheres e a colonização, se constituindo como partes estruturantes do capitalismo. A famosa “caça às bruxas” e as “acusações de adoração ao demônio” que aconteciam na Europa durante a acumulação primitiva capitalista foram levadas às colônias “para romper a resistência das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo”. O trabalho não pago realizado pelas mulheres no âmbito doméstico e pela escravidão nas colônias instituíram, para além da divisão de trabalho a partir das relações sociais de sexo, a divisão internacional do trabalho: “a definição da negritude e da feminilidade como marcas da bestialidade e da irracionalidade correspondia à exclusão das mulheres na Europa — assim como das mulheres e dos homens nas colônias — do contrato social implícito no salário, com a consequente naturalização de sua exploração” (FEDERICI, 2017, p. 360).

Nesse contexto, a forma de organização espacial dominante de nossas cidades é marcada pela influência europeia e/ou dos países do Norte; pela subjugação/demonização das formas de ocupação africanas e indígenas; bem como, pela estruturação do espaço público e privado de acordo com a divisão sexual do trabalho. A depreciação de todo tipo de ocupação e manifestações culturais de origem não-branca, não-masculina, não-heterossexual e não-européia nas cidades é parte de um projeto de dominação cultural e apagamento. Segundo José Arruti, o termo “etnocídio” deve ser empregado para qualificar “o extermínio sistemático de um estilo de vida” (ARRUTI, 1997).

Ademais, essa urbanização privilegia consideravelmente as tarefas relacionados à produção (mercadorias, bens e serviços) no lugar das necessidades, espaços e atividades relacionadas à realização das tarefas reprodutivas (provisão de habitação, alimentação, cuidados e limpeza), tarefas historicamente realizadas por mulheres, sobretudo por mulheres negras. Por essa razão, as mulheres tampouco usufruem das áreas de centralidade por estarem alijadas das atividades produtivas e do espaço público, como ainda sofrem cotidianamente com a precariedade socioambiental dos espaços de moradia distantes, monofuncionais, com infraestrutura urbana e equipamentos públicos ausentes. No Brasil, os subúrbios, cidades-dormitório, periferias e cidades-satélite são, ao mesmo tempo, territórios negligenciados pelas políticas urbanas e espaços de habitação das classes mais pobres; e são também demarcadamente caracterizados por gênero e raça (HELENE, 2018). Historicamente destituídas do acesso à terra e do acesso à renda, as mulheres são duplamente afetadas pela problemática da informalidade urbana (ITIKAWA, 2015). No entanto, de forma paradoxal, elas estabelecem processos de resistências que conformam práticas espaciais, “espaços generificados de resistência” (TAVARES, 2015), entre as quais confrontam precariedade na periferia com o poder simbólico patriarcal e racista expresso nas centralidades urbanas.

Nesse sentido, os trabalhos reunidos para esta sessão apresentam diferentes abordagens sobre as contradições sociais da produção capitalista do espaço urbano no Brasil, articulando a perspectiva do direito à cidade de Lefévre (2004) à epistemologia feminista interseccional. Paula Santoro propõe refletir sobre as dinâmicas urbanas brasileiras das últimas duas décadas que sugerem uma revisão da agenda de pesquisa sobre cidade com vistas a discutir o modelo dualista e hegemônico por meio das pautas femininas na luta anticapitalista contra à expansão das fronteiras do capital sobre seus territórios de

reprodução da vida. Gabriela Pereira insere a questão do corpo negro nessa conjuntura, marcada por uma lógica violenta, genocida e etnocida de silenciamento, apagamento e extermínio, físico e simbólico. Para a autora, nas cidades, a principal urgência para as mulheres negras é retardar a morte: suas, dos seus filhos e de seus companheiros.

Essas lutas pelo direito à cidade, fundamentalmente atreladas ao território que os corpos das mulheres ocupam, acabam por se confrontar questões relacionadas à justiça socioambiental. Diana Helene e Rossana Tavares irão apresentar de que modo os espaços urbanos mais afetados pelos impactos socioambientais são os mesmos territórios nos quais as mulheres estão mais presentes em sua vida cotidiana. As periferias, negligenciadas pelo investimento público em questões de infraestrutura urbana e saneamento, são os que mais sofrem esses impactos, locais estes territorialmente marcados pela presença feminina. Nesse sentido, Rachel Barros aprofunda a reflexão sobre racismo institucional e ambiental ao analisar duas ações de governo – o Programa de Aceleração do Crescimento, na modalidade de assentamentos urbanos (PAC-Favelas) e a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) executadas em Manguinhos, no Rio de Janeiro, trazendo para o centro do debate como o papel do estado acentua as desigualdades de raça e gênero nos territórios de favela.

Todas as apresentações reunidas debatem, de alguma forma, como a questão da violência de gênero e suas intersecções com outras opressões em diversas escalas se relacionam com o direito à cidade. Dessa forma, para concluir, o trabalho de Marina Harkot discute de que maneira o medo é determinante na definição da experiência urbana das mulheres, por meio de uma análise dos espaços de circulação e mobilidade na cidade de São Paulo.

POR UMA REVISÃO DA AGENDA DE PESQUISA SOBRE A CIDADE, AS MULHERES, COM ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Paula Freire Santoro (Profa. da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo | LabCidade FAUUSP)

A invisibilidade das mulheres na cidade foi estudada a partir da família, da domesticidade, levando consigo o espaço doméstico para o público, reforçando dicotomias. Investigou-se a mulher na luta por educação, creches; pela moradia, as mulheres dão valor de uso para a habitação; são menos proprietárias, são herdeiras, vendem menos, devem ser prioridade na titulação em políticas de regularização fundiária. As dinâmicas brasileiras das últimas duas décadas sugerem uma revisão desta agenda de pesquisa. Mulheres sozinhas ou com filhos como tipos famílias que mais crescem, exigem uma maior presença do Estado para seu suporte e autonomia. O crescimento da renda per capita, evolução do setor terciário, com crescimento dos postos ocupados com até 1,5 salário mínimo (59% do total) majoritariamente por mulheres, jovens, não brancas, com baixa escolaridade. Elas são representantes políticas, exigindo uma revisão das pautas femininas para o território. Qual significado destas alterações na vida das mulheres e na vivência das cidades? Estas análises exigem perspectivas interseccionais, revisitar teorias (a partir da perspectiva feminista) como às do direito à cidade; dos bens comuns; dos movimentos sociais. As mulheres estão na luta anticapitalista contra à expansão das fronteiras do capital sobre os territórios.

PRESENÇA NEGRA: A CONSTRUÇÃO DO COMUM NA ENCRUZILHADA DA PAUTA URBANA

Gabriela Leandro Pereira (Profa. da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia | Lugar Comum PPGAU-FAUFBA)

Para construir um mundo comum, será preciso reinventar a comunidade e, para tanto, restituir àquelas e aqueles que passaram por processos de abstração e coisificação na história, a parte da humanidade que lhes foi roubada (MBEMBE, 2014). A experiência da cidade elaborada a partir da presença das mulheres negras no urbano é indiscernível desse acúmulo histórico, assim como da habituação à morte. Morte física, política, moral, afetiva, simbólica. Por isso mesmo, é próprio de sua existência, a expertise da sobrevivência, reivindicada por Beatriz Nascimento (1988) como continuidade histórica, dada a dilatada temporalidade na qual exerce o movimento de criar alternativas para viabilizar a vida do/com o outro. A pauta urbana, no entanto, relega quase sempre sua existência à chave dos problemas sociais. Desconsidera enquanto conteúdo epistemológico e tecnologia social, as práticas e processos que emergem da experiência histórica dessas mulheres na construção de mundos partilhados, revelando nitidamente seus limites. Enquanto isso, observa-se a manutenção da lógica genocida e etnocida operando nas cidades brasileiras, nas quais a principal urgência para as mulheres negras é retardar a morte. É nessa encruzilhada, entre a morte física e a morte epistêmica, que a pauta urbana tem se construído para as mulheres negras.

URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA E PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA BAIxada FLUMINENSE À LUZ DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Diana Helene Ramos (Profa. colaboradora da Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO | Laboratório de Moradia e Terra Urbana da Baixada Fluminense - LABMOTE/UNIGRANRIO)

Rossana Brandão Tavares (Profa. Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e professora colaboradora da Universidade do Grande Rio | GPDU/UFF e LABMOTE+NEUB)

A Baixada Fluminense é parte da região metropolitana carioca e sua dinâmica de ocupação deu-se em meio ao processo de metropolização do Rio de Janeiro, que implicou a periferização local dos trabalhadores impossibilitados de pagar moradia na capital. Uma “cidade-dormitório” marcada pela carência em infraestrutura urbana, com destaque do saneamento ambiental (abastecimento, esgotamento, coleta de lixo e drenagem) e da ocupação do território em áreas propensas a inundações frequentes, devido ao grau de impermeabilização e dos problemas decorrentes do encanamento/aterramento/desvio/retificação de manguês, várzeas, rios e afluentes. A questão de gênero se destaca devido aos locais predominantemente voltados para moradia, marcados pelas atividades domésticas, se constituírem como espaços nos quais as mulheres estão marcadamente presentes, sobretudo mulheres negras. Dados do IBGE (2010) indicam

que a maior causa de morte feminina na Baixada são doenças infectocontagiosas, demonstrando uma relação direta entre saneamento urbano e gênero. Expõe-se a emergência da qualificação da disputa pelo direito à cidade por parte das mulheres como uma disputa também pela justiça socioambiental (FURTADO, 2018) e como a perspectiva interseccional contribuiu para iluminar a corporeidade generificada (BUTLER, 2018) numa tentativa de articular processos de interdependência que refletem resistências e formas de sobrevivência das mulheres periféricas.

VIOLAÇÕES DO AGIR ESTATAL: RAÇA, GÊNERO E PRODUÇÃO DE URBANIDADE NAS FAVELAS.

Rachel Barros (Doutora em Sociologia pelo IESP/UERJ | Grupo de pesquisa CIDADES/UERJ e ONG FASE-Rio. Militante do Fórum Social de Manguinhos)

O sociólogo Robert D. Bullard (2005) define racismo ambiental como qualquer política ou prática que afete ou prejudique, de forma voluntária ou não, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor, combinando-se também com políticas públicas ou industriais que visem trazer vantagens aos brancos. Carmichael e Hamilton (1967) definem racismo institucional como a falha coletiva de uma organização no fornecimento de serviços adequados em razão de cor, cultura e origem étnica. Considerando a multiplicidade de formas que o racismo assume e suas correlações, este trabalho visa analisar o papel exercido pelo estado na produção do racismo institucional e ambiental, como aspectos que acentuam as desigualdades de gênero nos territórios de favela. Especificamente, abordo o desenvolvimento do Programa de Aceleração do Crescimento, na modalidade de assentamentos urbanos (PAC-Favelas) e da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no complexo de favelas de Manguinhos – Rio de Janeiro. O impacto destas dinâmicas sobre os modos de vida e no cotidiano das mulheres que ali residem contribuem para uma análise interseccional dos modos de produzir e habitar as cidades nos espaços considerados como margens (DAS e POOLE, 2008), onde violências estruturais são naturalizadas e assumidas como parte do fazer institucional.

O MEDO DAS MULHERES NA CIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESPAÇOS DE MOBILIDADE E CIRCULAÇÃO

Marina Kohler Harkot (Doutoranda, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo | LabCidade FAUUSP)

É a noção de poder que embasa a construção do conceito de gênero e a maneira como ele define o que são os papéis tidos como femininos ou masculinos em nossa sociedade - e, nessa dinâmica estabelecida há séculos na sociedade ocidental, o poder é um conceito masculino. Por isso, como aponta Villagrán (2014) o espaço das cidades não escapa à reprodução dessas dinâmicas sociais, reproduzindo também o poder e a opressão que os homens exercem sobre as mulheres em relações bilaterais. O poder se manifesta, também, na conservação de privilégios e de um determinado *status quo* - e ele é exercido na cidade a partir das escolhas que determinarão quais espaços serão permitidos ou não às mulheres. E,

é através do medo que as mulheres sentem nos espaços urbanos que essas barreiras são construídas - um medo muito diferente daquele que violência física ou patrimonial, sempre em pauta em um país com desigualdades sociais tão profundas. Esse trabalho buscará discutir de que maneira o medo é determinante na definição das experiências que se permite que as mulheres tenham na cidade, através de uma análise dos espaços de circulação e mobilidade, utilizando a cidade de São Paulo como estudo de caso.
